

colocação de títulos públicos

Brasília — A colocação de títulos da dívida pública para financiar o déficit de caixa do Governo, em setembro, será reduzida em mais de 50%, graças a novos cortes de despesas, principalmente no custeio das empresas estatais, revelou ontem o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

A previsão inicial era de uma colocação líquida de Cr\$ 9 trilhões em títulos da dívida pública (ORTN e LTN), em setembro, mas Funaro anunciou como meta a redução para Cr\$ 4 trilhões. “Estamos estudando as medidas juntamente com a Seplan e o Banco Central, e em seguida conversaremos com todos os Ministros a respeito”, disse Funaro.

Os títulos da dívida pública e a emissão de moeda têm sido usados pelo

Governo para financiar as despesas que realiza, sem cobertura do caixa do Tesouro. De janeiro a julho, o Governo colocou Cr\$ 28 trilhões 100 bilhões em títulos públicos e expandiu a base monetária (emissão de moeda) em Cr\$ 8 trilhões 800 bilhões para financiar um déficit acumulado de Cr\$ 36 trilhões 900 bilhões. A expansão da base monetária pode realimentar a inflação e a colocação de títulos pressiona para cima as taxas de juros.

O Ministro Dilson Funaro anunciou ontem que pretende, em primeiro lugar, conseguir um maior controle monetário, pela redução da colocação de novos títulos da dívida pública, para, em seguida, fixar as taxas de juros desses títulos, em patamares bem abaixo dos atuais.

— Com isso, vamos ter uma rolagem da dívida bem mais fácil, acredita.

Funaro revelou que a Fazenda e a Seplan estão examinando dia-a-dia as contas de custeio das empresas estatais, assim como os desembolsos do Governo. Dentre esses desembolsos, é quase certo um atraso no pagamento da dívida de Cr\$ 1 trilhão 500 bilhões, da Siderbrás e da Nuclebrás, com os bancos privados nacionais, que seria honrada pelo Banco do Brasil.

O Ministro Dilson Funaro não afastou a criação de novos impostos, para reduzir o déficit de Cr\$ 195 trilhões do orçamento da União para 1986. “A Seplan está estudando essas medidas”, admitiu.

Governo reduz em 50%